

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ESTADO DA PARAÍBA**

Jaqueline de Araújo Oliveira  
[oliveira.jaqueline@aluno.uepb.edu.br](mailto:oliveira.jaqueline@aluno.uepb.edu.br)  
Mestranda em Desenvolvimento Regional – UEPB

Osmar Faustino de Oliveira  
[osmarfaustino@yahoo.com.br](mailto:osmarfaustino@yahoo.com.br)  
Pós-Doutorando em Desenvolvimento Regional – UEPB

José Irivaldo Alves de Oliveira Silva  
[irivaldo.cdsa@gmail.com](mailto:irivaldo.cdsa@gmail.com)  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional UEPB/UFPG

### **1) Introdução**

As políticas públicas estão no cotidiano das pessoas, nas sociedades organizadas, das mais variadas formas. De acordo com Rodrigues (p.13, 2010)

Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõe a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum.

Pode se afirmar que são as ações e decisões que envolvem e/ou impactam grupos ou mesmo a sociedade. São respostas a problemas da dimensão econômica, social, ambiental ou cultural desde que sejam de ordem pública.

Uma política pública necessita atender aos anseios dos grupos sociais em questão, solucionando os problemas que ameaçam o bem estar dos envolvidos ou afetados. No entanto, tais problemas públicos necessitam ser reconhecidos e entrar na pauta da agenda dos agentes políticos, ou seja, as políticas públicas são resultantes das atividades políticas (Rodrigues, 2010).

Em 2010, a ONU declarou o Direito Humano a Água e ao Esgotamento Sanitário, reconhecendo a água como elemento fundamental aos seres humanos e que todos devem ter acesso (Neves e Heller, 2016).

No Brasil em 2007, foi promulgada a Lei 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, fundamentada em princípios como: universalização do acesso; integralidade; prestação de serviços adequados; articulação intersetorial; eficiência e sustentabilidade econômica; controle social; segurança, qualidade e regularidade, e; integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos (Brasil, 2010).

O saneamento básico é composto pelos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, a realização adequada desses serviços são de grande importância para o meio ambiente e a saúde humana.

Neste estudo, o foco está delimitado ao abastecimento de água no Estado da Paraíba, após a apresentação dos objetivos, segue os resultados da situação do saneamento básico no Brasil, e segue delimitando as políticas públicas de abastecimento de água no Estado da Paraíba.

## **2) Objetivos**

### **Geral**

Analisar a situação do saneamento básico no Estado da Paraíba, identificando avanços e desafios do abastecimento de água.

### **Específicos**

Avaliar a situação do saneamento básico no Brasil, Nordeste e estado Paraíba.

Refletir sobre políticas públicas de saneamento básico na Paraíba.

## **3) Metodologia**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa<sup>1</sup>, com ênfase na análise interpretativa<sup>2</sup> (Marconi; Lakatos, 2009). Embora utilize dados quantitativos, o foco principal está em explorar a situação do abastecimento de água na Paraíba.

A metodologia para especializar o abastecimento de água no Estado da Paraíba tem como base a utilização de dados secundários advindos da série histórica do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SINISA), nos quais foram coletadas, inicialmente, informações de indicadores desagregados para o estado da Paraíba nos anos de 2022, e posterior classificação para a área de estudo. Dessa forma, foi confeccionado mapa temático com o apoio do software QGIS, versão 3.34.7 – Prizren.

Com os dados em planilhas Excel, selecionou-se todos os municípios que compreendem o Estado da Paraíba, bem como os indicadores “AG001\_População total atendida com abastecimento de água” e “IN055\_Índice de atendimento total de água” para melhor organização. Porém, para esse trabalho em si, foi utilizado unicamente o indicador de atendimento total de água, que tem uma representatividade melhor no universo estudado.

No software QGIS fez-se a união da planilha com a camada vetorial dos municípios da Paraíba, que foi criada a partir da camada estadual da Paraíba. Nesse sentido escolheu-se a técnica de classificação graduada para indicar as 6 faixas do índice que, por sua vez, variam em porcentagem de 0 a 100. A faixa “Sem informação” corresponde aos municípios que não têm dados disponibilizados pela plataforma institucional, o que pode advertir que algumas prefeituras municipais não atualizam o sistema por falta de conhecimento ou por outras questões não analisadas.

---

<sup>1</sup> A pesquisa qualitativa e quantitativa se diferencia na forma de abordagem da realidade e na análise dos dados. A pesquisa quantitativa, baseada em números e cálculos estatísticos, busca mensurar e generalizar resultados, enquanto a qualitativa, com foco em interpretação e compreensão, explora a subjetividade e a profundidade dos fenômenos.

<sup>2</sup> A Pesquisa Interpretativa, frequentemente associada à pesquisa qualitativa, envolve a análise e interpretação de dados para compreender fenômenos sociais e comportamentais em profundidade, buscando entender as perspectivas e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos.

Com isso, foi produzido o mapa que se refere ao “Abastecimento de Água” em 2022. Também foram levantados dados secundários do IBGE e da construção de cisternas na Paraíba.

#### **4) Resultados e Discussões**

De acordo com os dados do último Censo, disponibilizados pelo IBGE, a população brasileira em 2022 contava com mais de 203 milhões pessoas, em 5.570 municípios, 86% dos domicílios tem o lixo coletado, 85,5% são conectados a rede de abastecimento de água e 63,2% dos domicílios estão conectados a rede de esgoto ou contam com fossa séptica (IBGE, 2023). Ou seja, no Brasil mais de 35% da população não dispõe de coleta de esgoto de forma adequada e 14,5% sem acesso a água potável, situação que implica riscos e demanda ações e infraestrutura para atingir a meta proposta no novo marco do saneamento.

Os painéis de dados referente ao Saneamento Básico por região do Brasil, ano de 2022, dão conta que a região Sul tem melhor índice de domicílio atendidos com rede de água, equivalente a 91,6%, seguido pela região Sudeste com 90,6%, a região Centro Oeste com 89,8%, a região Nordeste com 76,9% e por último a região Norte com 64,2% com acesso a água. (Brasil, 2022)

Percebe-se ainda, um grande percentual da população brasileira sem acesso a água e a maioria nas regiões Norte e Nordeste do país, porém de todo modo em todas as regiões do país há demanda por efetivação de políticas públicas de saneamento.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a situação é um pouco mais precária que o abastecimento de água, pois conforme aponta o painel do SNIS, dados referentes a 2022, revelam que a situação mais estruturada é a região Sudeste com 80,9% dos domicílios conectados à rede de esgoto, a região Centro-Oeste tem 62,3%, a região Sul com 49,7%, a região Nordeste com 31,4% e por último, mais uma vez a região Norte do país, com apenas 14,7%. O mesmo painel informa que apenas 52% do esgoto coletado recebe tratamento (Brasil, 2022).

Com relação ao manejo dos resíduos sólidos urbanos, a taxa de cobertura regular de serviços de coleta dos resíduos domiciliares em relação a população total, dão conta

da seguinte situação: a região Sudeste com 95,7%, em segundo encontra-se a região Sul com 91,9%, a região Centro-Oeste consta 90,3%, a região Nordeste conta com 84,5% e por último a região Norte com 79,2%. A taxa geral do Brasil aponta 90,2% com coleta, no entanto, a coleta seletiva só é realizada em 32,2% dos municípios (Brasil, 2022).

Os dados de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, são referentes a uma amostra de 4833 de um universo de 5.570 municípios, destes 43,6% possui sistema exclusivo de drenagem, apenas 4,1% possui algum tipo de tratamento para as águas pluviais, 69,8% dos municípios não possui mapeamento de áreas de risco de inundação (Brasil, 2022).

No estado da Paraíba a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) sociedade de economia mista, constituída através da Lei Estadual Nº 3.549, vinculada a Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente SEIRHMA, tem por objetivo planejar, executar e operar serviços de saneamento básico em todo território da Paraíba. Atua em 200 municípios e 24 distritos e povoados, faz referência a atendimento da população urbana.

O Relatório de Administração e Sustentabilidade de 2021 da CAGEPA, documento que descreve o desempenho social, econômico e ambiental referente ao ano de 2021, faz apenas uma menção sobre o saneamento rural, refere-se à participação de representante do Projeto Cooperar do Projeto Paraíba Rural Sustentável. (CAGEPA, 2022) Ou seja, ainda não consta projetos de implementação de estruturas ou serviços de saneamento para atender as áreas rurais do estado da Paraíba.

Considerando o que atualiza o novo marco do saneamento, na Paraíba foi instituída a Lei Complementar nº 168, de 24 de junho de 2021, que institui as Microrregiões de Água e Esgoto no Estado da Paraíba, estabelecendo suas respectivas estruturas de governança. O objetivo é promover a regionalização dos serviços de saneamento, visando à universalização e à eficiência na prestação desses serviços. (Paraíba, 2021)

De acordo com a SEIRH-PB (Paraíba, 2024) o Programa Água Doce PAD, tem por objetivo ampliar o acesso a água potável em comunidades do Semiárido brasileiro,

em parceria com instituições federais e estaduais e da sociedade civil, promovendo a instalação e operação de sistemas de dessalinizadores. Na Paraíba o PAD é gerido pela Secretaria Estadual de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEIRH – PB) que mantém 101 sistemas em 44 municípios, beneficiando diretamente 8 mil famílias.

Segundo o site oficial do Governo da Paraíba (PARAÍBA, 2024), o Plano Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PAAES-PB), atualmente está em processo de elaboração, estes são ferramentas de planejamento estratégico para a criação de um panorama do saneamento, estabelecendo diretrizes para projetos e serviços, além de servirem como base para a elaboração de Planos de Investimentos e busca de financiamentos para empreendimentos prioritários na área de saneamento.

Conforme noticiado pelo portal oficial do Governo da Paraíba (PARAÍBA, 2021), o estado apresentou um programa inovador de saneamento rural durante o seminário realizado na capital, referindo-se ao Programa de Saneamento Rural da Paraíba em II Seminário de Atualização de Marcos Legais do Saneamento Básico, promovido pela FUNASA em outubro de 2021. No entanto, não foi encontrada outra menção sobre tal programa.

As cisternas familiares de água para consumo, também conhecidas como cisternas de 1ª água, foram concebidas no âmbito do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido, com a finalidade de, a partir de um sistema simplificado e de baixo custo, possibilitar o aproveitamento da água de chuva.

A partir de 2003, o MDS, por meio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), disponibiliza dados referentes ao Programa Cisternas, incluindo a quantidade de cisternas entregues pelo programa e por outros parceiros, além do número de famílias que possuem Cadastro Único que ainda enfrentam dificuldades de acesso à água. No estado da Paraíba encontramos dados da construção de cisternas conforme disposto no gráfico 1. Este apresenta dados do número de cisternas entregues as famílias paraibanas inscritas no Cadastro Único e entregues pelo MDS.

Gráfico 1: Entrega de cisternas familiares de água para consumo pelo MDS no Estado da Paraíba.

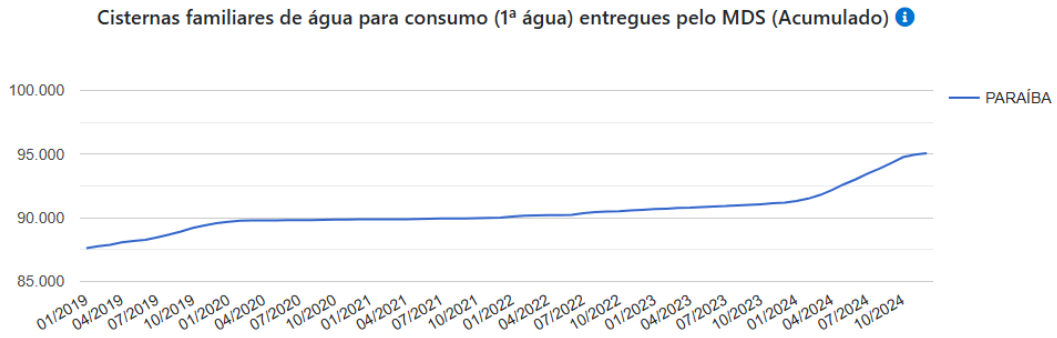
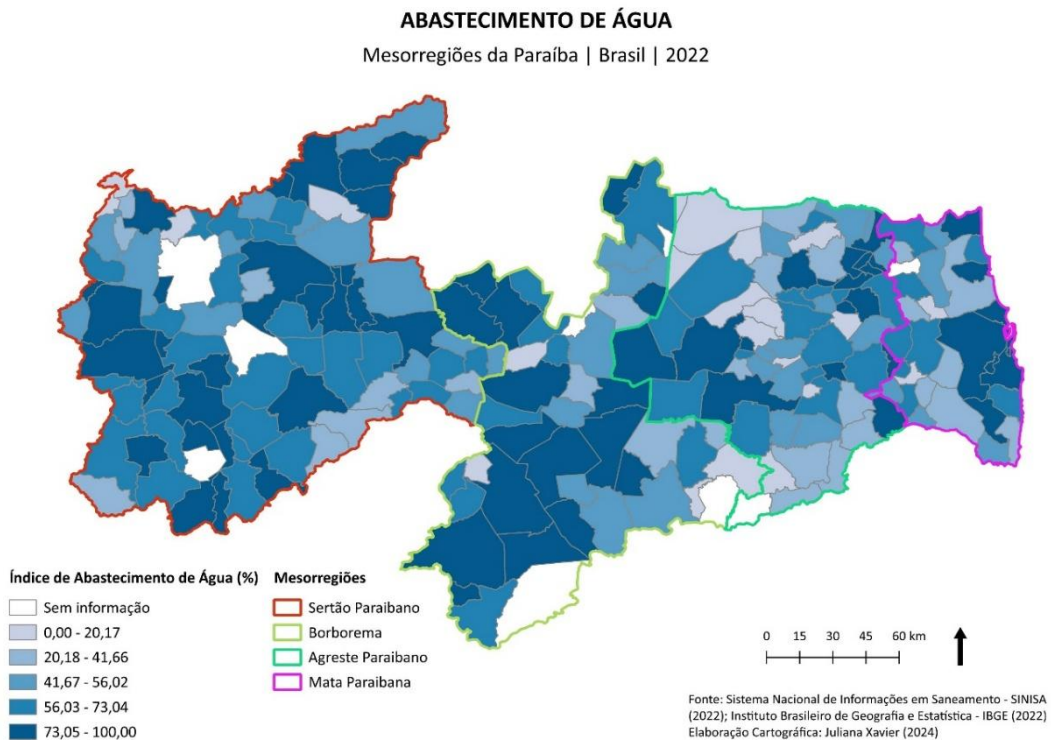


Figura 1. Fonte SAGICAD, 2024.

Conforme está posto no Gráfico 1, entre o período de 2019 e 2023 não houve avanços na construção de cisternas, o processo de construção dessas estruturas foram retomados em 2024.

O mapa 01. Apresenta a situação de abastecimento de água dos municípios paraibanos em 2022, o qual revela a ausência de dados



**Fonte:** Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA (2022).

Dos 223 municípios, 9 não constaram informações sobre o abastecimento de água, são os seguintes: Alcantil, Baraúna, Coremas, Curral de Cima, Curral Velho, Santa Cecília, São João do Tigre e Tenório.

Por tanto, as políticas públicas, sejam quais forem, são dotadas de processos e atores que se mobilizam e atuam a partir de um problema comum, para o qual se pretende eleger projetos, programas e ações na perspectiva de mitigar ou resolver e promover o bem estar e a qualidade de vida.

Observa-se muitos instrumentos legais, federais, estaduais e municipais para orientação e implementação das políticas públicas de saneamento básico, principalmente nas áreas urbanas, pois existe uma atuação mais significativa, no entanto a universalização ainda se encontra distante.

O presente estudo nos permitiu identificar que no Brasil há robusto aparato legal para efetivação do saneamento básico, a política, os planos e programas se constituem em um excelente arcabouço de orientação para se implementar políticas públicas de saneamento com ampla participação da sociedade, no entanto mesmo depois de 17 anos de instituição da política nacional de saneamento, há ainda há muito a ser feito para atingir a tão desejada universalização do saneamento básico.

É possível identificar avanços no sentido de planificação da política, porém ainda há uma desmobilização por parte de muitos atores sociais, encontramos poucas implementações e ainda assim sem a articulação prevista na política. É importante incluir na agenda de estudos a participação popular na efetivação das políticas públicas. O problema público foi reconhecido e entrou na agenda, mas carece de implementação, monitoramento e avaliação.

O Estado da Paraíba está avançando, mas ainda precisa avançar um pouco mais para garantir a universalização do abastecimento de água a população.

## **5) Referências**

BRASIL. Ministério das Cidades. Competências da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/competencias-das-secretarias/competencias-da-secretaria-nacional-de-saneamento-ambiental>. Acesso em: 14 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab: Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico e Bases para a Elaboração do Plansab. Brasília: Ministério das Cidades, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Painel do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Dados de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel/es>. Acesso em: 14 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Ambiental (SINISA). 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa/sinisa-1>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. Relatório de Administração e Sustentabilidade 2021. João Pessoa - PB: CAGEPA, 2022. 89 p. Disponível em: <https://www.cagepa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Relat%C3%B3rio-da-Administra%C3%A7%C3%A3o-e-de-Sustentabilidade-e-Balan%C3%A7o-2021.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (n.d.). Sistema de Apoio à Gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – SAGICAD. Acesso em 15 de janeiro de 2024. [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOhIMHqwGZsemeZ6au8srNekJavm7mj2ejJZmx4aWepanp%2BaGiJkWWeamSPqH1luL5ma6ptiLSYmcrGbtCen9DgiG%2BiqGt3nSIwayaetdknHZjmOGuoK%2BtcKDapcCzcmi9wp%2Fdom6Y7sKhuluere2ev7yYoHfHINemn8bcv5mvaJmfmfzutayOd9GU3J5TwOq7p7G1pFqhag%2F4V%2FD4yKjLZIPC6cGmoa%2Bqn%2BxZvbOjnHeud71dW57ewqGxtJae6GJwkpihuIGXz12U0fCuoKXC1v0g%2FPC9s52S3a%2FmeA%3D%3D&ag=e&sag=25&codigo=99&dt1=2019-01-01&dt2=2024-12-01](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOhIMHqwGZsemeZ6au8srNekJavm7mj2ejJZmx4aWepanp%2BaGiJkWWeamSPqH1luL5ma6ptiLSYmcrGbtCen9DgiG%2BiqGt3nSIwayaetdknHZjmOGuoK%2BtcKDapcCzcmi9wp%2Fdom6Y7sKhuluere2ev7yYoHfHINemn8bcv5mvaJmfmfzutayOd9GU3J5TwOq7p7G1pFqhag%2F4V%2FD4yKjLZIPC6cGmoa%2Bqn%2BxZvbOjnHeud71dW57ewqGxtJae6GJwkpihuIGXz12U0fCuoKXC1v0g%2FPC9s52S3a%2FmeA%3D%3D&ag=e&sag=25&codigo=99&dt1=2019-01-01&dt2=2024-12-01)

NEVES-SILVA, P.; HELLER, L., O direito a água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Ciências & Saúde**, v. 21, n 6, p 1861-1870, jun. 2016.

PARAÍBA. Lei Complementar nº 168, de 24 de junho de 2021. Institui as Microrregiões de Água e Esgoto no Estado da Paraíba e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, João Pessoa, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos. Programa Água Doce na Paraíba. 2024. Disponível em: <https://aguadoce.seirh.pb.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos. Plano Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PAAES-PB). 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-infraestrutura-e-dos-recursos-hidricos/paes-pb>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PARAÍBA. Paraíba apresenta programa de saneamento rural em seminário realizado na capital. 2021 Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-apresenta-programa-de-saneamento-rural-em-seminario-realizado-na-capital>. Acesso em: 14 jan. 2025.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.